



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria da Segunda Câmara

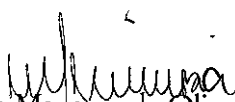
Ofício nº 12665/2019 - SEC/2ª Câmara

Belo Horizonte, 1º de agosto de 2019.

Prezado Senhor,

Intimo Vossa Senhoria do inteiro teor do despacho, anexo por cópia, exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Victor Meyer, Relator da Denúncia nº 1072444.

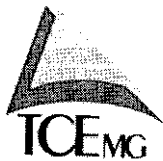
Atenciosamente,


Maria Valéria Menezes de Oliveira
Gestora em exercício

Ao Senhor
Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira
Denunciante

Av. Raja Gabaglia, nº. 1315 - Bairro Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.390.435 - Tel.: (31) 3348-2111

\\legit\2\tamara\contag - sec 2ª câmara - 2019\ofício inteiro teor\agosto\12665 - teor despacho vtr carlita.doc



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Substituto Victor Meyer



Processo: 1072444
Natureza: Denúncia
Denunciante: Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira
Jurisdicionado: Município de Sobrália

Trata-se de denúncia, com pedido liminar de suspensão do certame, formulada por Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira, em face de possíveis irregularidades no edital do pregão presencial 26/2019, processo licitatório 38/2019, realizado pelo Município de Sobrália, com vistas à “aquisição de pneus para veículos leves, a diesel, de máquinas pesadas e prestação de serviços de reforma em pneus para manutenção das diversas Secretarias do Município (...)”.

Na inicial, o denunciante alega, em síntese, que o processo licitatório é restritivo, pois exige certificado do IBAMA do fabricante dos pneus visando garantir a preservação do meio ambiente. Segundo afirma, tal exigência apenas em nome do fabricante impede a participação de interessados que comercializam pneus de origem estrangeira e que, segundo entende, o mais adequado seria exigir tal certidão também do importador ou do próprio licitante.

O denunciante também considera restritiva a reunião em lotes que incluem serviços de alinhamento, balanceamento e calibragem juntamente com o fornecimento de pneus. No seu entender, o critério de julgamento menor preço por lote com serviços incluídos, além de ser economicamente desvantajoso para a administração, restringe a participação de fornecedores que não prestam os serviços licitados.

A denúncia, protocolizada nesta Corte em 31/07/2019, foi recebida pelo conselheiro-presidente (fl. 37) e distribuída na mesma data à minha relatoria (fl. 48), vindo-me conclusos os autos, em seguida, para fins de análise do pleito cautelar.

O exame de questão relativa à subdivisão do objeto da licitação em parcelas para aproveitamento de peculiaridades do mercado com vistas à

obtenção de economicidade na contratação de produtos e serviços, a teor do disposto no § 1º do art. 23 da Lei de Licitações, depende da análise dos fatores de viabilidade técnica e econômica que determinaram a escolha do critério adotado pela administração – menor preço global, por lote ou por item.

Tais fatores, no caso dos autos, não se encontram explicitados no termo de referência, cuja justificativa menciona apenas que “o julgamento por ‘Menor Preço Global’ fere, frontalmente, o Princípio da Economicidade” (fl. 20, v).

Carece, portanto, de esclarecimentos o apontamento em questão, o que pode ser sanado com a apresentação da documentação da fase interna da licitação, se houver justificativa técnica plausível para a adjudicação em conjunto do fornecimento de pneus com serviços de alinhamento, balanceamento e calibragem.

Quanto à exigência de apresentação de certificado de regularidade junto ao IBAMA, em nome do fabricante ou importador, este Tribunal já se manifestou em diversas ocasiões, como na decisão da Primeira Câmara no processo 880.024, da relatoria do conselheiro Wanderley Ávila:

1) Exigência de apresentação do certificado do IBAMA atinentes às empresas fabricantes dos pneus comprovando a destinação final de forma ambientalmente correta, nos termos da Resolução CONAMA nº 258/99.

O órgão técnico concluiu na análise inicial, fl. 43, que o edital, item 8.5.3, fl. 07, exigia indevidamente a apresentação de certificado do IBAMA, ao argumento de que somente os fabricantes e importadores de pneus possuem o documento, excluindo, assim, a participação de revendedores no certame.

Em defesa, os responsáveis, às fl. 61/63, discordam esclarecendo que o IBAMA, diante da Resolução do CONAMA nº 258, de 26/08/1999, não fornece a certidão apenas aos fabricantes e importadores, mas a todo e qualquer cidadão que visite o site oficial, bastando que se tenha conhecimento do CNPJ do fabricante ou importador para o qual revende.

Em seu novo exame, fl. 296/303, o órgão técnico assinalou que, de fato, qualquer pessoa, inclusive os revendedores, que tenham em mãos o CNPJ do fabricante ou importador podem obter, de forma fácil e gratuita, a certidão de regularidade do IBAMA, utilizando o mencionado site oficial. Concluiu, assim, que a exigência da

certidão do IBAMA não restringe o caráter competitivo do certame, não havendo, portanto, irregularidade em questão.

De fato, como ressalta o órgão técnico, em seu reexame, referida exigência, como instrumento de enorme importância nos esforços de proteção ao meio ambiente, homenageia a licitação sustentável, hoje de grande repercussão no cenário mundial. Assim, deve ser observado o zelo da Administração em exigir o certificado do IBAMA nos casos de licitação que envolva a aquisição de pneumáticos.

É de se concluir, portanto, que o Edital do Pregão Presencial nº 18/2012, editado em substituição ao Pregão Presencial nº 28/2011, não apresenta irregularidades quanto a este quesito. (grifo nosso)

No presente caso, de fato, o edital, item 7.2.8, prevê a obrigatoriedade de apresentação de “Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal, emitido em nome do FABRICANTE dos pneus”. O referido dispositivo enfatiza, ainda, que “essa certificação deverá ser apresentada conforme marcas descritas na proposta comercial”.

Os regulamentos citados no referido dispositivo editalício – Resolução 416/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA e a IN 01/2010 do IBAMA –, pelo contrário, não restringem a exigência de certificação aos fabricantes, já que estendem o seu alcance também aos importadores de pneus, conforme explicitado no art. 1º de ambos os normativos.

Logo, resta evidenciado que a exigência em questão tende a restringir o acesso ao certame apenas às marcas cujos fabricantes estejam sediados em território nacional, discriminação que encontra óbice na vedação prescrita pelo § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993.

Vale observar que tal exigência não se encontra descrita na relação de documentos de habilitação contida no termo de referência, anexo I (fls. 20), o que não afasta a irregularidade.

Pelo exposto, presentes o *fumus boni iuris* (verossimilhança das alegações do denunciante) e o *periculum in mora* (tendo em vista a eminência de conclusão do certame, cuja sessão para entrega dos envelopes foi designada para 31/07/2019, às 9h), **defiro** a medida cautelar pleiteada pelo denunciante, com

fulcro no art. 60 da Lei Orgânica do Tribunal e no art. 267 do Regimento Interno e **determino a suspensão**, na fase em que se encontra, do processo licitatório 38/2019, pregão presencial 26/2019, do Município Sobrália, até que seja resolvido o mérito da presente denúncia, devendo os responsáveis se absterem de promover quaisquer atos que ensejem o seu prosseguimento, sob pena de anulação e de aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica do Tribunal.

À **Secretaria da Segunda Câmara** para que proceda, por *e-mail* e fac-símile, à intimação do denunciante e dos signatários do instrumento convocatório, as Senhoras Maria das Neves Beltrame Andrade, Raissa Damasceno Soares e o Senhor Elder Guilherme de Oliveira, respectivamente, prefeita, pregoeira e secretário municipal de Finanças, em caráter de urgência, acerca desta decisão, bem como para que adote as medidas cabíveis com vistas à submissão desta decisão ao colegiado, a teor do disposto no art. 95, § 2º, da Lei Orgânica.

Fixo o prazo de 48 horas para que os referidos agentes públicos comprovem nos autos a adoção da medida ordenada, mediante a publicação do ato de suspensão, e para que encaminhem cópia de todo o procedimento licitatório, fases interna e externa.

Após, retornem-me os autos conclusos.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2019.



Victor Meyer
Relator